Diz João Joaquim Dias, na qualidade de Procurador do Testamenteiro do Capm. Mor Jacinto Jorge dos Anjos Correio, e Administrador dos bens e Casa do mesmo finado, que a mesma Testamentaria se acha devendo desde o dia 23 de Fevereiro de 1817, a quantia de dez centos, quatro mil, e oito centos reis, que procederão da compra de hum Engenho e dinheiro emprestimo para a compra de hum Citio, Antonio Duarte Inglez de Nação, o qual nesse tempo ainda não sabia assignar com o seu nome; hoje obrigação Vossa Jurou, e para ver do Supp.te que seja compellido a fazer a Justiça pertence o que pede Justificar Notificar perante o Escrivão do Cartorio desta Freguezia de São João para a mesma [illegible] e vista e tudo mais que perante Vossa Mercê allegar, requer lhe mande Vossa Mercê citar o Supp.te para pagar a Quantia, e Comminação de que lhe por revel de faltar a primeira, e obrigando o para que seja esperado a sua vontade se haver ali por compellido a Comminação pertence dando o Supp.te seu Termo para o Juizo de Direito, mandando lhe passar Mand.o

E. R. M.ce

Pede a Vossa Mercê mande como requer, sua Comminação.

Cite-se na forma da Lei
São João 28 de Fev.o de 1832
Cunha

Certifico eu Meirinho Geral abaixo assignado que Indo eu em caza de Antonio Duarte Nolas Inglez para o citar para o Ato de Sua Medição da Testamentaria para Effeito de Citação, e Juramento e Requerimento como

Como [illegible] não estando
em caza se entregou
o filho do Sup.te que se estava
depois de huma Semana, ba-
D. — 200 Rs a
Caõ. — 609 9 de Sto Miguel que anda dentro 2 00 00
Cont. — 170 Tinha ao Cazino dos Srs Chamarão 6 00 00
Rs. 950 Nesta Forma Cito ao filho 8 00
Pinheiro. do Sup.te para Se Mostrar, Cha
mar, entempo aprazado, para
no dia Segunda feira que Se Conte
Cinco deste mez, que Se Lhe Dá
por citado Com a Penna
Comminatoria de Revelia
Cartorio de Sto Ant.o 29 de Abril
de 1832 Manoel Jose Fr.es

Em Virtude da Seita official de Justiça
CiteSe na forma
Leg.al em sua Legitima Pessoa. Requeiro a V.S.a que em vir-
tude do Seu Despacho retro e De officio o não a Sua em
Virtude mayor prazo
mo. Loa 2 de Abril
co de 1832
Sosa

dado o Sup.do e de Como seu Filho se
dá por citado fr.a entempo aprazado
do a V.S.a ao Seu. Pai como Consta
da fé e não comparecendo = Lhe
Lhe tomar a Conciliação Sentença
Condenado o dup.do no Principal
e Custas, e Segue a Lauda dos termos

E R M.ce

Certifico eu Escrivão Pedal
abaixo assinado que sendo eu
intimado pelo Distribuidor do Cartorio Se-
gunda deste Julgado para dar citação
que necessidade de seguinte feito
Pacho autor Citei o Salvatore
filho domeyro com quem citado, em
sua propria Pessoa do que eu fe-
ço intendido Domingos por
testemunha assigney dito escrito
dia 8 de Fevereiro de 1850 Cinta dezenove
que for assim que eu escrivão
eu Marcelino José Ferreira

Custa 2$000 rs
Sinº 6$000
8$000

Deliq. - 200
Camº. - 600
Cta - 150
R. 950
Pinheiro.

Termo.

Aos nove dias deste Mez de Março de mil
oito centos e trinta e dois annos nesta Freguezia de São José termo da Cidade do Des-
terro da Ilha de Santa Catharina em Casas de
morada do Juiz de Paz o Major Silvestre
José dos Passos, em audiencia publica que
fazendo estava aos assistentes Partes e seu
Procurador, onde eu Escrivão de seu
cargo fui vindo e sendo ahi se achava
presente, José Joaquim Dias por seu
Bastante Procurador, Com legal do te-
mento o Solicitador Sousa Victoria
Publico, José e Manoel de Araujo
Mas sendo, trazendo Citado a Sebas-

Antonio Duarte Ingles de Nação que
ha quantia de Duzentos e oitenta mil
reis sendo reu, como Juiz de seu
Requerimento e de Citação, e com
parecendo o Author, não o Reo, para
que fosse Citado ouvio o dito Juiz ao
Reo portanto cado da Acção ao Author
abilitado para usar do Direito que
a Juiz lhe permite, ficando o Reo Con
denado na Principal e custas, e Portanto
que mando ao dito Juiz lavrar este
termo que assinou Comigo parte.
Eu Joaquim José Porto do Crime
que o escrevi = Passos = José Ma
noel de Araujo Thor Lente de cinada ma
is selem mandado termo —

Carta 1620

Carta 1620

Joaq.m José Porto

Nº 252

Pg.= do Ort.do Feito Dito
em 24 de Março de 1832 —

Silveira e Mendes

Aos vinte dias do mez de Março
de mil oitocentos e trinta
e dois annos nesta Cidade
do Desterro da Ilha de Santa
Catharina em meu Cartorio
a mim tirei este Instrumento
de Procuração bastante de José Joaquim
Jorge Gonçalves, pelo qual
foi aqui dito que deixa
feito este termo. Eu [illegible]
Escrivão de Orphãos e Ausentes
Escrivão que o escrevi

Traslado da Publica forma
da Procuração Bastante
do Negociante Jose Joa-
quim Jorge Gonsalves.
como abaixo se declara-
ra.=.

Publica Forma=Procura-
ção Bastante do Negoci-
ante Jos Joaquim Jor-
ge Gonsalves, detra= Sai-
bão quantos este publi-
co Instrumento de Procu-
ração virem, que no
anno do Nascimento
de Nosso Senhor Jesus Chris-
to de mil oito centos trin-
ta, ao primeiro dia de
Julho, nesta Cidade do Re-
cife de Pernambuco, e Es-
criptorio veio Jos Joa-
quim Jorge Gonsalves,
Negociante morador
nesta Cidade, e lá. mim
Reconhecido pelo proprio
de que se trata, e por
elle foi dito perante
as testemunhas abai-
xo assignadas e ao
pelo presente Instru-
mento constituia pos-
sue bastante Procu-
radores na Ilha de
Santa Catharina a
Joaquim Jos da Costa

Jose da Costa, e Sargento-
Mor reformado Jose Pe-
reira da Silva, e Marco
Antonio da Silva Ma-
fra, aos quaes dirão daõ,
cede, transporta todos os
poderes necessarios que
em Direito se requer
e aos illimitados que
ra que os ditos seus Pro-
curadores todos juntos
e cada hum de insoli-
dum onde com elle
se achar e não estiver
lhe for, em nome del-
le Constituinte como
se proprio fosse possaõ
haver a Si e arrecada-
dar todos e quaesquer
bens moveis e de
raiz, e fazenda de qu-
alquer especie e con-
dição que seja, divi-
das activas que jica-
raõ por obito do Capi-
taõ Mor Jacinto Jor-
ge dos Anjos Correa,
e a conformidade
do seu Testamento,
conservando tudo
em boa guarda, até
que elle Constituin-
te determine por sua
conta as ordens que
lhe daõ. Toda a que

Poder agir e credito como
parte em todo Instru-
mento; Citar e De-
mandar, propor
qualquer acção
competente, procu-
rar e seguir em
qualquer Juizo, ou
Tribunal todo o seu
Direito e Justiça, de-
fender e aggravar,
interpôr Recurso
de Revista para o
Supremo Tribunal
de Justiça, vir com
Embargos até ultima
Instancia, fazer
conciliações
perante o Juiz de
Paz, protestos, avis-
tancias, diligencias, com-
parições, amigaveis
ajustamentos de
contas liquidações
habilitações sub-
jeições, embargos
despontos penhoras
prisões suspensões
e arrematações em
bens, bens moveis
bens de raiz, ga-
rantias de ga-
rantia das quitações
de pagamento
ou recebimento de
qualquer coisa

Cofre Publico de este
Juizo ou mãos par-
ticulares, e pessoal to-
mar do que tiver
por e lhe juntamen
Termo de Sustimento
ro do dito Salario
por qualquer Titu-
lo ou Razão; juran
em sua alma que
algum licito juram-
mento e de calum-
nia assignar qual
quer Requerimen-
tos ou Termo que
lhe pedirem, sem
lhe tirar ou levar em
qualquer dos pares
em para o mes-
mo e differentes lu-
gares, ficando-lhe
os mesmos poderes
em seu vigor pa-
ra Elles cumprirem
com livre e geral
administração,
como lhe ordena a
nova Citação; e que
tendo assim feito
e obrado o mandado e
assignado pelos
ditos Procu-
radores substitue-
idos o haverá por
firme e valioso de

diante. E
eu fé e testemu-
nha de verdade as-
sim o disse o Doutor
Juiz de Direito
para o seguinte
mento fiz o pre-
sente Instrumento
por me ser dito
pedido que assig-
nou com as tes-
temunhas presen-
tes em falta de
tabeliães. E eu Joa-
quim Francisco de
Moura Magalhães Tabe-
lião Victaliciu o Escre-
vi e assignei em
publico e raso Em fé
disto = Sinal
de verda-
de = Estava o sig-
nal publico = O
Tabelião publico
Joaquim Francisco de
Moura Magalhães =
Joaquim Joaquim Jor-
ge Gonsalves = Joa-
quim Joaquim dos San-
tos Reis = Francisco
de Paula Moura Pin-
to = O Doutor Grego-
rio de Azevedo Mello
e Carvalho, Cavalheiro
da Ordem de Christo
Juiz de Direito
Juiz Municipal

do Crime da Relação
de Pernambuco, nella
Ilha de India e Mari-
nha por Sua Magesta-
de Imperial o Senhor
Dom Pedro Segundo, da-
ta= Faço saber
que me constou
por parte do Escrivão
que esta subscreveo,
ser a Letra da Sub-
scripção Assignados
Superior do Imperio
Sabbidão nella con-
thendo, e que Elle
vem Justificado.
Recife nove de Ju-
lho de mil oito cen-
tos trinta= Eu João
Xavier Rangel, a fiz
escrevi= Antonio
de Araujo Mello
de Carvalho= Esta-
va impresso o Sello
das Armas do Im-
perio= Numero
nove centos e oi-
tenta= Pagou oi-
tenta reis do Sello
Recife nove de Ju-
lho de mil oito cen-
tos trinta= Fernei-
ra= Guimarães=
Subbi Subbi tabelleo o pre-

Sello-

Sello

ção, bastante
conforme aos que
mi-tão concedido
e outorgados no
poder do Senhor
José Joaquim de
Oliveira para bem
isso continuar
cartas de Ordens
e avisos particula-
res, ficando-me os
mesmos em seu
vigor como me dão
concedidos. Santa
Catharina Oliveira
is de Setembro de
mil oito cento e
trinta = Antonio
Jose da Costa = E
bi tabelião o sobre-
ro da procuração
cima no poder
do Senhor José Jo-
aquim Dias para
ser que possa tra-
tar como até agui
de todos os Negocios
dos Cabedaes
do Senhor José Jo-
aquim Jorge Gon-
calves, observando
em tudo seus Cos-
tos de Ordens, digo

Sub.

dias de Abril proximo
especialmente destinado
do dito, concorrerão to-
dos em boa guarda, fi-
cando-me os mesmos
poderes em seu vigor
para Deste lugar que
ando me achavão. Dis-
tento dous e Janeiro
de mil oito cen-
tos trinta e dous = Anto-
nio Luiz Gonçalves da
Silva = Nada mais
se continha em a re-
ferida Procuração bastante
da qual larguei bem
e fielmente fiz ex-
trahir a presente que
bem e verdadeiramente
concorda com a mesma Pro-
curação a qual me re-
porto em mão e
poder da Parte apresentante,
que a tudo estar presente
fui testemunha que
comigo assignou em
publico e raso na
Cidade do Des-
terro na Ilha de
Santa Catharina
aos dezanove dias
do mez de Janeiro
de mil oito centos
trinta e dous Anos.
Em fé de que fiz

Francisco de Assis e Castro, Tabellião geral Substituto confiri e assignei em publico e raso. = Em fé de verdade = Estava o signal publico = Joa Ignacio Francisco de Assis e Castro. = Substabeleço os poderes desta Procuração no Procurador o Senhor Jose Manoel de Araujo Bastinho para requerer dentro Juizo o que convier na causa ao fim declarada. Custou vinte quatro de reis, e mil oito centos e trinta dous = Joa Joaquim Dias.

Nada mais nella mesma se continha em a mencionada Procuração bastante em publica forma, que fiz ao theor fielmente aos autos de Acção de Libello Civel, da qual aqui bem e fielmente fiz extrahir o proprio traslado da qual me re-

Sel. 2$160

aqui na Repartição, intima
da aos Autores em seu
poder e Cartorio; e
pa. ntar conforme
Do. e vai assignado
depois de Feito con-
cluido, nesta Cidade
do Desterro na Ilha
de Santa Cathari-
na, aos vinte dias
do mez de Março
de mil oito centos
trinta e dois annos.
Eu Escrivão de Orfãos e
Ausentes que a subs-
crevi conferi e assignei

Escrivão Estevão Silva

F. -- 1:968
E -- :150
O. 2:118

Pinheiro.

Sr
Pg. 200 rs. do Sello. Dest.
Dem 31 de Março de 1832.
Silveira e Mendes.

Vista

aos vinte e hum dias do
mez de Março de mil oito
centos trinta e dois annos
nesta Cidade do Desterro
da Ilha de Santa Catha-
rina em meu Cartorio
foi este Autos com vis-
ta ao Solicitador Jose

Diz o Advogado [illegible] que [illegible]

Vindo o Libello civel ao Offerecimento de sua acção diz o Autor José Joaquim Jorge Gonçalves na qualidade de Testamenteiro do finado Capm. Fausto Jorge dos Anjos, por seu Procurador Bacharel, e Denunciado do dito seu falecimento Testamentaria José Joaquim Dias contra seu devedor Antonio Duarte, de Nação Inglez por certas quantias em Libras Portuguezas via de Direito

E. N.ce

1º

P. Que falecendo dita pessoa natural, e obrigador o P. Fausto Jorge dos Anjos Correa, constituio por seu Testamenteiro a José Joaquim Correa Gomes, natural de Pernambuco, entao por seu Procurador Bacharel José Joaquim Dias Denunciado do dito Cazal e bem da mesma Testamentaria do dito finado.

2º

P. Que na Conformidade de Direito deve o Autor apresentar o preso a dita mesma Testadora, e o mesmo Testamenteiro passará todas as diligencias activas, e passivas, causas pendentes, e por pender, e que o mesmo Testador pertencerão seus Reos.

3º

P. Que aquele Capm. falecido, era bom Fazendeiro, e amigo de despender com seu Dinheiro aquelle necessario, e necessidade, e exigio algum a Clareza.

4.º

P. Que o R. Antonio Duarte, Escrivão do Juizo ordinario com alçada com o Administrador das Armações, expulsou violentamente na Lagoinha fazendo huma Cerca de Pejo, sem dar em forno, e porque se recusava o conhecimento do mesmo modo declarou o conhecimento. Como Cap.ᵐᵒʳ Jacinto Jorge de Araujo Correa.

5.º

P. Que por este conhecimento, e meio procuração maior de Sesmaria [illegible] pois sabendo Elle o comprou ao mesmo Cap.ᵐᵒʳ huma Caravana, para [illegible] Mel Esteves de Antonio Lourenço no Sitio de Jacaria na Estrada, que vem caminho para a Igreja de Rebouças, e aqui comprou tambem huma terra, para a dita fazenda.

6.º

P. Que por esta Escritura lhe comprou o mesmo [illegible] esta quantia de legoa [illegible] para [illegible] as suas, Cosmiano José Correia, e José Antonio Gomes, em 23. de Junho de 1817. para o R. pagar todas as dividas, que lhe forem pedidas, sendo logo vencido o Juro de Lei.

7.º

P. Que o R. nunca por conta destas dividas deu nem hum só Real, que fosse, nem o mesmo Valeido ou Capas de Vender sem o abonar.

8.º

P. que o R. naquele tempo todas as suas assignaturas era só huma Cruz, pois que nunca soube ler nem escrever, e as annos a esta parte, que aprendeo, bem que muito mal, apenas sabe o seu nome, o que só escreve = Antonio Duarte.

9.

P. Que o finado Cap. Jacinto Jorge dos Anjos
não era capaz de dominar as cousas acima ditas; pois
pela dívida, em que delle me falla; provará o contrario.
Verdade he, nunca, em Caza de seguro o ouvio, por pro-
prio nenhum.

10

P. Que o dizer o Juiz he verdade ou falsidade
não sabe, por donde obe. seu estudio dos dous annos
Cap.m mor, [illegible] tarias, em dobro [illegible]
ade obe. dizendo, não somente o principal
de 204$ rs, como os juros que assim de tem
dado a juro e dial emthe Veale um bolso de um ofi-
nas custas dos autos. e por ser dito tudo.

[illegible]

Juro de Calum.
e o testo por tudo o mais
em Direito supuario

[illegible]

Constituem Credito Junto 8

Sg.ão P.to do Fidalgo
em 11 de Setembro de 1832

Siqueira Soares

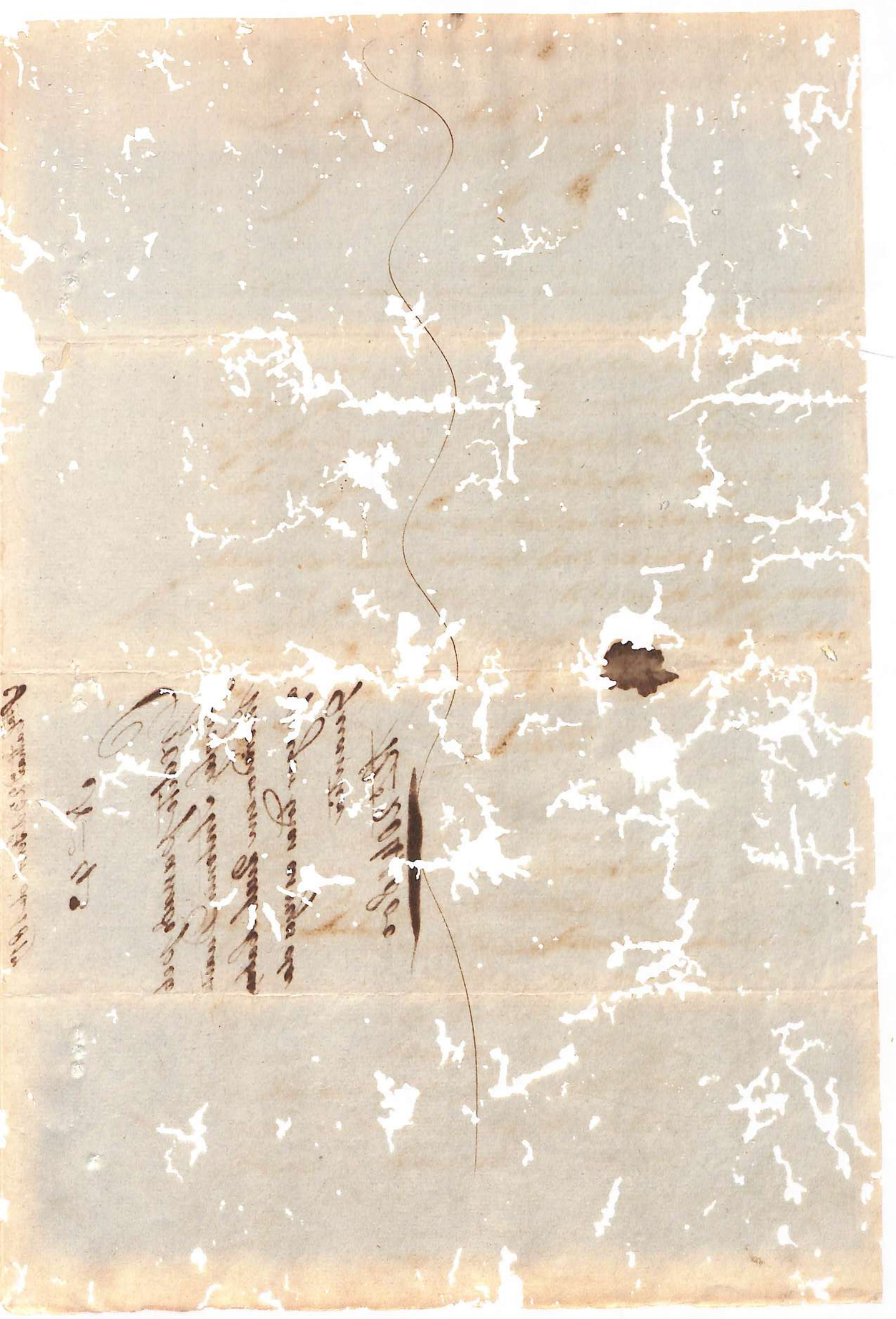
Digo que pagarei ao Snr Cap.am Mor Joaq.m Jorge dos
Reis duzentos quarenta mil e oito centos reis procedido de
hav.e q.e deixou-me i, edenhuiro q.e me entregou
para pagar [illegible] Letis emais despezas
tive p.a pagarei ao dito Snr e aquem este mostrar
todas as vezes q.e me for pedida, sem duvida Por dec-
lara.am q.e para q.e obrigo minha pessoa
aridos e por haver, e mais bem pagarei dellas
desde hoje p.a quando estiver dahi em fe do que passei
este q.e assignei com hum sinal de Cruz
Rio. [illegible] Cabo Soares
[illegible]

Sinal de

A rogo

Com Testemunho

Como Testemunha Joaquim Antonio Guimarães



Sta Catha 23 de Fevr° de 1819

N° 43

Recibo passado pelo
Tenente Antonio Duarte
Vianna em Desembargo
a Thesouraria das rendas da
Guanabara

Rs 204$800

Decima Audiencia Offerecimento
do Libello cassignado aos Reo
e termo de duas Audiencias
para juntar Procuração
e Contrariar

Aos vinte e hum dias do
mez de Março de mil
oito centos e vinte e dois
annos nesta Cidade do
Destero da Villa de Santa
Catherina e em Audiencia
publica nella matutada on-
de as Partes estavão aos fe-
tos presentes os seus Procura-
dores o Doutor Juiz de Di-
reito Manoel José
Pereira da Silveira Mes-
quita foi dito por Autor
parte de seu Procurador
Antonio Joaquim Jorge
Gonçalves Ferreira estes
Autos com o seu Libello
Civel contra o Reo Antonio
Duarte de Macedo Ingleza
requerendo ao Meritissimo
Juiz que debaixo de Juramento
o houvesse por offerecido
Libello, e assignasse ao
Reo o termo de duas Au-
diencias para juntar
Procuração e Contrariar

Contrariar. E sendo pelo
Autor visto cauzido seu
Seguimento depois
de informados de Libello
Mandou afinegar ao
Reo dentro de Dez dias
em forma de Estilo pelo
Feirinho Lourenço
Lopes de Carvalho seu
Procurador constituido
ao Reo que tudo ouvido
as Partes e Vista do
que tudo bem e de Direito
Autos e Libello Autor Pro-
cesso e Decisão Sentenciou
Condemnando o Reo
no Pagamento das Custas
e Escrivão proporcionais
Bolidos e Reembolso
va aquio Sentença pro-
ferida Eu Thomas Anto-
nio da Costa Fonseca Es-
crivão o Escrevi que
escrevi

Apenso

Aos quatro dias do mez de Abril
de mil oito centos trinta e dois
annos nesta Cidade do Desterro
da Ilha de Santa Catharina
em meu Cartorio ajuntei aos
autos a Ordem acima Appen-
dada do Exmo. Antonio Luiz
de Pereira que ao diante
se segue. E que para con-
star faço este termo. Eu
José Dorea de Amaral e Silva
Escrivão que escrevi

Procuração

Aos quatro dias do mez de Abril de mil oitocentos e trinta e dois annos nesta Cidade do Desterro da Ilha de Santa Catharina em meu Cartorio compareceo Antonio Duarte Pereira e por elle me foi dito que nomeava para seu bastante Procurador ao Administrador da Caza do falecido Capitão Mór Jacinto Jorge de Anjos nomeado por Procurador ao Solicitador Joaõ Jose da Camara a quem dava os poderes de jurar, requerer, Dar Audiencia de Cahuza, Embargar, Aggravar, appellar, por Duvidas, Contrariedades, testemunhas, e de como assim outorgou e Disse o Tabellião Escrivão que o escrevi

Antonio — Declarou não saber fazer o seu nome intiro e porque não sabe formáo as mais letras e Signaes de Cruz

Signal de

Antonio | Duarte Pereira

Nº 28

Sg.to do Sello Destr.
em 4 de Abril de 1832

Ferreira Mendes

Do Auto

Aos nove dias do mez de Abril
de mil oitocentos e trinta e dois
annos nesta Cidade de Destêrro
da Ilha de Santa Catharina
em meu Cartorio fazendo
autos com Vista ao Solicitador
João José da Camara de
que para constar fazia
este termo. Eu Solicitador de
Armada e Divisão que
escrevi

Vista a Camara

Pela parte do R. mui Constitu
inte Seguinte que o Art. Juiz de
Callunia em hum Termo que
Sua Mag.de em Vinda Juiz de
Lançar, q.e Lançou sem Sedu
mente os Autos a Conclusão

E

Ao Juiz João José da Camara

Data

Aos dezoito dias do mez de Maio de mil oito centos e trinta e dois annos nesta Cidade de S. Antonio da Ilha de Santa Catharina em meu Cartorio, foi entregue este Auto por parte do Solicitador Joaõ Jozé da Camara a Escrivaõ abaixo, do que fiz este termo. Eu Oficial Joaõ de Amarante e Silva Escrivaõ que o escrevi

Conclusaõ

Faço os autos conclusos ao Juiz Ordinario pela Lei. O Escrivaõ Antonio Joaõ Pereira da Silva o escrevi. Eu Oficial Joaõ de Amarante e Silva Escrivaõ que o escrevi

Eu

Na forma da Ley Decreto 9 de Maio de 1832.

Silva

Publicação

de Maio de mil oitocentos e trinta e dois annos, em cidade do Desterro da Ilha de Santa Catharina em audiencia publica que ao dito fazenda estava em sua parte e seus Procuradores mandou fazer publicação do dito feito e sendo os Procuradores presentes os Procuradores de Autor, e Reo, e que foi este tirado Juiz Ordinario Antonio da Silva Chaves e Escrivão que o escreveu

Termo de Citação

Aos dezoito dias do mez de Maio de mil oitocentos e trinta e dois annos nesta Cidade do Desterro da Ilha de Santa Catharina em casas de morada de Escrivão pelo Juiz Major Antonio José de Ribeiro Chaves, comigo Escrivão abaixo nomeado, foi vindo ahi presente por seu procurador abaixo nomeado o Autor, e logo por elle foi dito que elle tinha citado o Reo para hoje